

2 Pressupostos Teóricos

Como se afirmou no capítulo anterior, ao estudar estruturas de cumprimentos, despedidas e manutenção de interação dialogada com seus aspectos sócio-interacionais subjacentes utilizadas por hispano-falantes aprendizes de PL2E, o presente trabalho se propõe a analisar a língua em uso no cotidiano, tomando por base a Sociolingüística Interacional voltada para a Análise da Conversação. Conceitos da Antropologia Cultural; Comunicação Intercultural e Cruzamento de Culturas; e Funcionalismo de base pragmática também são abordados. Além disso, outros conceitos como Atos de fala, Expressões Formulaicas, Função Fática, Fronteiras Lingüísticas e Formas de Tratamento estão presentes neste trabalho.

2.1. Rituais Interpessoais e Estruturas de Polidez

Segundo Bright (1992), a Sociolingüística Interacional estuda processos sociais inseridos nas situações, encontros e rituais da vida cotidiana. Já a Análise da Conversação procura descrever os métodos e procedimentos utilizados pelos falantes ao tomarem parte em uma conversação e outras formas de interação envolvendo a língua falada.

Com relação à Sociolingüística Interacional e à Análise da Conversação, Erving Goffman (1971, pp.88-89) define **ritual** como um ato convencionalizado, mecânico, que demonstra que o indivíduo respeita e considera certas regras e convenções. Afirma, também, que existem atualmente os **rituais interpessoais** que são breves e desempenhados em relação a um outro indivíduo. Essa teoria de Goffman (1971) baseia-se nos rituais positivos e negativos analisados por Durkheim (1955, *apud* Goffman, 1971). Aqueles aproximam o falante do ouvinte, sustentando uma conversação, já os últimos são usados para manter o ouvinte distante, evitando-o. Cumprimentos, despedidas e manutenção de conversação se encaixariam no caso de rituais interpessoais positivos.

Além da questão de rituais positivos e negativos, Goffman (1971) define **face**. Segundo o autor, é como se fosse uma auto-imagem pública aprovada por atributos sociais. Além de ter o significado de aparência ou semblante, o termo **face** também possui a significação de auto-respeito e prestígio. Dessa maneira, explorando essa dualidade na sua terminologia, Goffman define **shamedface** como estar envergonhado; **to save face** como salvar as aparências; e **to lose face** como perder a credibilidade. Segundo essa teoria, todos vivem num mundo de encontros sociais e, para tanto, uma pessoa pode agir de acordo com duas linhas: orientação defensiva, salvando a própria face; e uma orientação protetora, salvando a face do outro. Logo, espera-se tanto que os membros de um mesmo grupo tenham auto-respeito como que sustentem um padrão de consideração com o outro, ou seja, que se esforcem também para salvar a face do outro. Na combinação de auto-respeito e consideração, o falante, num encontro face a face, mantém tanto a própria face quanto a face do outro, esforçando-se para não perder a face, ou seja, não perder o prestígio.

Essa noção de face de Goffman (1971) também é muito importante para a Teoria de Polidez de Brown e Levinson (1987). Para estes autores, que se baseiam, ampliam e complementam a teoria de Goffman (1971), a face é constituída de dois lados: a positiva, baseada no desejo do ser humano de ser aprovado, admirado, querido e compreendido; e a negativa, calcada no desejo de ter a individualidade respeitada, sem sofrer sanções impositivas. Concretizar esses desejos pode levar a **atos de ameaça à face** (AAF) por parte tanto do falante quanto do ouvinte. Toda interação interpessoal de um indivíduo ameaça a face seja positiva ou negativa do interlocutor. Os AAF variam de acordo com a forma que ocorrem e a intenção do enunciador, ou seja, este pode agir inocente e não - intencionalmente, evitando o AAF, se pudesse prever as conseqüências; há também o AAF intencional, proferido de forma maliciosa, como um insulto; por último, há o que se chama de ofensas eventuais, ou seja, o enunciador não tem intenção maliciosa, mas pratica o AAF mesmo sabendo as conseqüências. O AAF pode ser praticado contra a própria face ou contra a face alheia. Portanto, em qualquer interação existe sempre o risco de AAF e faz parte do trabalho de interação do interlocutor salvar a própria face e/ou proteger a face do outro contra os possíveis AAF. Porém, neste trabalho só se leva em conta a face positiva, já

que os rituais de cumprimentos, despedidas e manutenção de interação dialogada são potenciais ameaças à face positiva do falante e/ou do ouvinte.

Portanto, os cumprimentos podem ser divididos em dois tipos: os que ocorrem entre pessoas com pouca intimidade, ou até mesmo, que não se conhecem, ou ainda, que estão com pressa; e os que ocorrem entre pessoas que têm muita intimidade, que se conhecem bem e que estão sem pressa. No primeiro caso, há a questão do ser bem aceito socialmente. Já, no segundo caso, está em jogo o ser bem aceito no âmbito pessoal. Tanto as despedidas quanto a manutenção da conversação também podem ser consideradas como atos de ameaça à face positiva dos interlocutores, já que, com relação às despedidas, é muito difícil um indivíduo sair de uma conversação sem ser inconveniente ou grosseiro, ou seja, sem ferir a face do ouvinte. Para tanto, muitas vezes, é preciso mencionar um encontro futuro para amenizar a idéia de abandono ou separação que a despedida acarreta, mesmo que esse encontro seja só uma estratégia e não venha realmente acontecer. No caso da manutenção da conversação por meio de estruturas de função fática, também é um AAF não demonstrar interesse e atenção durante a interação dialogada.

Segundo Brown e Levinson (1987), essas ameaças são necessárias para uma efetiva comunicação e podem ser administradas pelo falante através das Estratégias de Polidez, que consistem na minimização das ameaças segundo: o desejo de ser eficiente; o desejo de manter ao máximo a face do ouvinte; e o desejo de comunicar o conteúdo presente no AAF. Se o desejo de manter a face do ouvinte for maior que o de ser eficiente, o falante vai desejar minimizar a ameaça de seu AAF.

Ainda nesta teoria de Brown e Levinson (1987), existem três fatores que segundo os autores interferem na escolha das estratégias: distância social (D); poder (P); risco (R). O primeiro se refere ao grau de polidez usado de acordo com o grau de intimidade entre os interagentes; o segundo se refere ao grau de polidez de acordo com a hierarquia existente entre os indivíduos; e o terceiro se refere ao grau de imposição atribuído à realização de um ato em uma dada situação dentro de uma determinada cultura, ou seja, ter diplomacia. Esses fatores citados, P, D e R vão depender do contexto em que os interagentes se encontram. Desse modo, o **poder**, por exemplo, não está ligado apenas ao indivíduo, mas também aos papéis sociais e à hierarquia social em diferentes contextos. A **distância social** também

varia com o contexto, sendo um outro fator analisado neste trabalho. O termo **distância social**, a partir de agora, será tratado como **grau de proximidade**, que é o conhecimento mútuo entre pessoas que se gostam, ou seja, se dois indivíduos se conhecem bem e possuem bons sentimentos um pelo outro, pode-se afirmar que são próximos. Neste trabalho, analisam-se contextos de cumprimentos, despedidas e manutenção de interação dialogada, levando-se em conta o grau de proximidade que os interlocutores possuem e o poder de certos papéis sociais como a relação entre patrão e empregado.

Ao voltar à proposta de Goffman (1971) por meio dos conceitos de face e estratégias de polidez, pode-se perceber que, segundo o autor, o contato social para os rituais interpessoais positivos ocorre entre indivíduos que se dirigem um ao outro face a face. Sem o contato, não há ritual interpessoal. Goffman (1971) cita dois tipos de cumprimentos: *Passing Greetings* (cumprimentos de passagem) e *Greetings of surprise* (cumprimentos de surpresa). O primeiro é um cumprimento em que o indivíduo passa pelo outro sem se deter. Já os de surpresa ocorrem entre conhecidos que se encontram inesperadamente. Os encontros para conversar, além de estarem voltados para a relação entre os participantes, voltam-se para a continuação da conversação. O autor ainda descreve o padrão comportamental das pessoas que se cumprimentam. Se forem conhecidas e voltam a se falar depois de algum tempo, mostram prazer na companhia um do outro. Já, se são estranhas, o cumprimento pode significar uma garantia para uma passagem segura.

Ainda segundo este teórico, existem alguns fatores que influenciam nos cumprimentos e despedidas: grau de proximidade entre os falantes; tempo em que não se vêem; lugar de encontro; e circunstâncias em que se encontram. Em cumprimentos que não são de passagem, espera-se reciprocidade entre os interlocutores, ainda que a pessoa esteja com pressa. O autor ainda faz uma pertinente observação ao afirmar que quando se pergunta *Como vai?* ou *Tudo bem?*, o falante não se interessa por saber o que a outra pessoa está sentindo. Estas expressões são cumprimentos e não perguntas. Sendo assim, o esperado também não são perguntas e sim cumprimentos.

Goffman (1971) ressalta ainda que a proximidade existente entre as pessoas acaba interferindo na forma como se cumprimentam e se despedem, determinando o uso de diferentes expressões. Outro fator de interesse é o tempo de

distanciamento entre as pessoas, que vai interferir na maneira efusiva dos cumprimentos e das despedidas. Dessa maneira, quanto maior a proximidade e o tempo sem se ver, mais efusivos são os cumprimentos e vão ser as despedidas. O autor ainda ressalta que o primeiro encontro depois de um considerável período de tempo, faz com que o cumprimento seja bem expansivo; já no segundo encontro se torna mais atenuado; no terceiro, mais ainda, e assim por diante, até virar um cumprimento corriqueiro. Assim, as despedidas têm uma função diferente dos cumprimentos, que é a de quebrar o contato, mas sem fazer com que o outro perca a face, ou seja, sem fazer com que o interlocutor se sinta desconsiderado. Ainda é mencionado o fato de pessoas que sabem que vão ter que se ausentar por um largo período de tempo seguirem um ritual que corresponde a tentar marcar encontros para manter o contato.

Goffman (1971) também afirma que nos encontros face a face cumprimentos e despedidas não são os únicos acessos ritualizados, ou seja, um pedido para ser ouvido ou desculpas por se intrometer são maneiras de se abrir uma conversação, assim como um *obrigado pela atenção*, um modo de se encerrá-la. Dentre as principais diferenças de cumprimentos e despedidas, o autor destaca que: os cumprimentos marcam um aumento de acesso entre os falantes, mas as despedidas marcam um decréscimo; os cumprimentos são mais fáceis de serem feitos, já as despedidas são mais complicadas porque o interlocutor pode não estar interessado em terminar a conversação e a outra parte não vai querer ser grosseira; os cumprimentos se voltam para o passado, para um período de ausência que acabou, mas as despedidas estão voltadas para o futuro, ocasião em que os interlocutores não vão se ver mais, pelo menos por algum tempo.

2.2.

Rituais de Fechamento de Conversação e Estruturas de Sustentação de Conversação

Outra teoria abordada sobre despedidas é a de Schegloff e Sacks (1973). Eles propõem formas de se fechar uma conversação. Seriam elas: trocas de término; pré-fechamentos; e técnicas que iniciam os fechamentos.

As trocas de término se realizam em pares adjacentes, ou seja, ação em par, em que há a ocorrência de um turno de fala e uma resposta da outra parte no próximo turno de fala do outro falante. Como exemplo, os autores citam a troca de

despedidas como – *Tchau / Tchau*. Os pares adjacentes também são utilizados em aberturas: *Oi / Oi*.

Os pré-fechamentos seriam expressões como *Bem, Ok, Então* (“*tá*”), que são usadas para indicar que a conversa está chegando ao fim e que uma das partes deseja partir. Schegloff e Sacks (1973) afirmam que os pré-fechamentos, quando aceitos pelo outro interlocutor, deixam de ser **pré** e se tornam um fechamento.

Quanto às técnicas que iniciam o fechamento, os autores fazem menção aos interesses dos outros, ao anúncio aberto e ao fechamento pré-tópico. A primeira técnica se refere a formas do tipo: *Não vou mais te prender* ou *Vou deixar você ir agora*. Com essa técnica, o falante faz entender que o outro está interessado em ir embora. Pode-se, inclusive, voltar ao que já foi mencionado no início da conversação, por exemplo: *Vai lá pra aula*, dito pelo enunciador para terminar a conversação, tendo o outro interlocutor mencionado esse fato no início da conversa. Com a segunda técnica, o interlocutor diz explicitamente que vai embora por meio de expressões do tipo: *Tenho que ir*; ou *Já vou então*, etc. Esse anúncio aberto desencoraja uma futura abertura do tópico. A terceira técnica trata de formas do tipo: *Você está ocupado?*; *Estou te incomodando?*; *Te acordei?* Se este fechamento é negado, a conversação continua.

Os autores em questão enumeram, ainda, diferentes maneiras de realizar-se um fechamento. Pode ser feito por meio: a) da marcação de um encontro: *Até segunda, Te vejo mais tarde*; b) da utilização de instruções: *Vai lá pra aula*; c) de agradecimento: *Obrigado*; d) de um convite: *Aparece lá em casa, Volte sempre*; e e) da volta a um assunto já mencionado: *Só queria saber como você estava*. Pode haver, numa conversa, a combinação de dois ou mais fechamentos desse tipo, o que só vem a estender a despedida. Apesar de haver diferentes formas de fechamento, existe sempre a possibilidade de se reabrir a conversação com outro tópico.

Para se falar também da manutenção da interação dialogada, uma das seis funções da linguagem teorizadas por Jakobson (1969) - a Função Fática - deve ser levada em consideração. Esta função está centrada no contato que se estabelece por meio de um canal entre o emissor e o receptor. Essa função serve para iniciar, prolongar ou encerrar a conversação. No caso do que se convencionou chamar de manutenção da conversação neste trabalho, a função fática serve para testar e manter o canal, para que a comunicação possa prosseguir. O emissor, por meio de

certas expressões como “né?”, “entendeu?” ou “isso”, verifica se está sendo compreendido ou se o receptor está prestando atenção no que se fala. A função fática se manifesta por expressões muito comuns no português brasileiro que servem fundamentalmente para prolongar ou interromper a comunicação (*pois é; isso*), para verificar se o canal funciona (*Alô, está me ouvindo?*), para atrair a atenção do interlocutor ou para confirmar a sua atenção continuada (*né?, entendeu?*). Segundo Jakobson (1969), a função fática é uma troca profusa de fórmulas ritualizadas. Em alguns casos, as expressões fáticas são totalmente desprovidas de significado, ou seja, são esvaziadas semanticamente e não correspondem ao significado normal e natural que costumam ter. Assim, expressões de abertura de conversação - que não deixam de ser um tipo de função fática, pois se está abrindo o canal – como: *tudo bem?* ou *como vai?* são apenas expressões de cumprimento, de abertura de canal e não devem ser tomadas literalmente como uma pergunta sobre o estado de saúde ou ânimo da pessoa. Um professor de PL2E deve alertar ao seu aluno quanto a esse modo de cumprimentar, de se despedir e de manter uma conversação, para que não cause estranheza ou gere mal-entendidos no aluno ao se pensar que o brasileiro não se importa com o outro porque não se interessa em responder ao *tudo bem?* ou ainda, do porquê de tanto *né? entendeu?* ou *isso* na fala do brasileiro.

2.3.

A Informalidade e a Cordialidade do Brasileiro

No que diz respeito à Antropologia Cultural, DaMatta (1984) afirma que a sociedade se divide em dois espaços de convívio: o da **casa** e o da **rua**, que são mais do que dois espaços geográficos, são maneiras de explicar o mundo. O espaço da **casa** representa o convívio social profundo, o espaço da ordem, da segurança, do universo familiar e afetivo, onde convivem relações de proximidade. A **rua** é um lugar de relações tensas, impessoais, competitivas, onde há desconfiança e relações de distanciamento. Com isso, pode-se entender o porquê de o brasileiro ser mais informal no seu relacionamento social, pois, no Brasil, o povo está preocupado em transpor as relações pessoais da **casa** com toda sua carga de afetividade para as outras relações da **rua**. A forma de convívio social do brasileiro é o oposto da **polidez**, que implicaria em uma presença

constante e soberana do indivíduo, como um disfarce para cada pessoa poder preservar as suas emoções.

Ao falar em polidez, faz-se necessário acrescentar o conceito de **homem cordial** de Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.147), que afirma que um traço no caráter do brasileiro é justamente a sua generosidade e hospitalidade, que não significam boas maneiras ou civilidade, mas sim manifestações verdadeiras e espontâneas do **homem cordial**, ao contrário da **polidez** que mascara essas expressões legítimas de fundo emotivo. Pode-se compreender agora por que a relação interpessoal do brasileiro tende a ser mais informal que a de um hispanofalante, mesmo este sendo latino-americano. É característica dos brasileiros, segundo DaMatta (1984), esse desejo de trazer a afetividade e a proximidade para todas as interações sociais.

É grande a dificuldade em se manter relações em que não haja familiaridade. E é justamente esse pensamento compartilhado pelos brasileiros, aliado a estratégias de preservar a face, que influenciam na realização dos rituais de cumprimentos, despedidas e manutenção de interação dialogada, pois, geralmente, os brasileiros, ao manifestarem esse ritual de abertura e fechamento de conversação, transpõem a familiaridade da **casa** nas relações mais impessoais da **rua**, tentando se aproximar mais do interlocutor que um hispânico. Dessa maneira, acabam utilizando-se de **estratégias de polidez positiva** (Brown e Levinson, 1987), demonstrando o desejo de um contato futuro e de satisfação por estarem na companhia do outro.

2.4. Funcionalismo de Base Pragmática, Atos de Fala e Expressões Formulaicas

Com relação ao funcionalismo de base pragmática, assume-se o postulado da não-autonomia da língua, ou seja, a língua não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução. A gramática funcional, como o próprio nome já diz, é funcional porque além de analisar a estrutura gramatical, leva em consideração toda a situação comunicativa como o contexto discursivo, os participantes e o propósito do evento da fala. Com isso, pode-se perceber que o modelo funcionalista possui uma visão da linguagem como uma entidade não

suficiente em si. Segundo Martinet (1994, *apud* Neves, 1997, p.2), o que deve guiar o lingüista é a competência comunicativa, pois toda língua é um instrumento de comunicação da experiência humana. Segundo Halliday (1973), o funcionalismo leva em consideração o papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos. Segundo Dik (1987, *apud* Neves, 1997, pp.46-47), o paradigma funcional define a língua como um instrumento de interação social, cuja principal função é a comunicação. Com isso, ter competência comunicativa é possuir a habilidade de interagir socialmente com a língua em uso. E, portanto, a descrição das expressões lingüísticas deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto.

Logo, segundo Neves (1997), pode-se dizer que a função primária de toda língua natural é a comunicação, pois qualquer indivíduo tem a capacidade de exercer interação social por meio da linguagem. Além disso, a capacidade lingüística do falante compreende não só a habilidade de produzir e interpretar sentenças, mas também a habilidade de usar essas sentenças de um modo apropriado de acordo com convenções de interação verbal dentro de uma determinada comunidade lingüística. Desse modo, as sentenças em um dado discurso só podem ser compreendidas apropriadamente quando consideradas dentro de um contexto, levando-se em consideração informações contextuais e situacionais. Na teoria funcional, para tanto, as expressões lingüísticas têm propriedades sensíveis e co-determinadas por determinantes pragmáticos da interação verbal humana.

Sendo assim, a linguagem é vinculada a sua função primária comunicativa e, quando se fala em gramática funcional se interpreta a língua como uma rede de relações, entrando as estruturas como interpretação de relações. Nessa gramática, tende-se, também, a enfatizar variações entre línguas diferentes; tomar a semântica como base; e organizá-la em torno do texto ou do discurso. No funcionalismo, deve-se ressaltar que a pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é dependente da pragmática e a sintaxe, da semântica, não havendo lugar para uma sintaxe autônoma. Após essas considerações, pode-se dizer que a gramática funcional diz respeito, então, a escolhas efetivas feitas por falantes reais no uso da língua em contextos sociais reais.

Desse ponto de vista, pode-se considerar que os funcionalistas encaram a língua como um fenômeno primordialmente social. Os universais lingüísticos são uma derivação da universalidade dos usos das línguas nas diferentes sociedades. Em última análise, pode-se dizer que os funcionalistas estudam a língua com relação a sua função social, uma vez que a explicação lingüística funcionalista deve levar em consideração as relações que o falante/ouvinte apresenta no contexto sócio-interacional junto com a informação pragmática compartilhada por eles.

Com relação à teoria dos Atos de Fala, segundo Searle (1970), falar uma língua é proferi-los. Atos como dar ordens, fazer promessas, elogiar, cumprimentar, despedir-se, manter uma conversação, dar sugestões, desculpar-se etc são atos de fala. Esses atos só são possíveis de acordo com certas regras de uso de elementos lingüísticos. Essas regras de uso dependem de dados culturais, ou seja, podem variar de cultura para cultura e devem ser ensinadas a um aluno estrangeiro.

Em todo ato de fala de qualquer língua existem certas expressões que são como fórmulas, possuindo significado em seu contexto situacional, ou seja, são fórmulas especializadas pragmaticamente (Alencar, 2004, p.30). Segundo Alencar (2004), tais expressões apresentam além de certos elementos fixos, alguma mobilidade na forma. Essas expressões, portanto, são chamadas formulaicas. As palavras que funcionam nas expressões formulaicas possuem um significado que está além da soma de seu significado individual, pois não são codificadas isoladamente, mas sim no todo. Essas fórmulas fazem com que a comunicação ocorra com mais eficiência, evitando a criação de novas expressões a cada fala, fato que converteria a conversação em uma prática árdua.

Portanto, mais do que um domínio das regras gramaticais do português, um estrangeiro, sobretudo um hispano-falante que pensa saber o português pelo simples fato de serem dois idiomas semelhantes, deve reconhecer as fronteiras lingüísticas entre esses dois idiomas e as peculiaridades culturais do brasileiro para que possa integrar-se a essa nova sociedade de uma forma mais harmoniosa sem mal-entendidos. Para tanto, o estrangeiro deve conscientizar-se de que aprender qualquer língua é aprender a se comportar na língua alvo, tornando-se um membro daquela comunidade lingüística.

2.5. Fronteiras Lingüísticas, Comunicação Intercultural e Cruzamento de Culturas

Antes de começar a falar em Fronteiras Lingüísticas, é necessário definir o conceito de interlíngua de Ellis (1997). Segundo este teórico, a interlíngua é um sistema intermediário entre a língua materna e a língua alvo, possuindo características próprias influenciadas por características da língua materna do indivíduo ou pelos próprios elementos da interlíngua. Quando um indivíduo aprende uma língua estrangeira, é comum haver, num primeiro momento, uma transferência de estruturas da língua materna para a língua aprendida. Porém, o que ocorre no ensino de português para falantes de espanhol e vice-versa, é o fato de geralmente não se superar essa fase inicial, já que esta satisfaz à necessidade de comunicação imediata por causa da similaridade entre os idiomas. Logo, segundo Ferreira (2002), o perigo é o aprendiz deixar de evoluir em direção à língua alvo e acabar não distinguindo entre os dois sistemas lingüísticos: língua materna e língua estrangeira, gerando o famoso “portunhol”. E é justamente por causa da similaridade e da facilidade que um hispano-falante tem em entender o português ou que um luso-brasileiro tem em compreender o espanhol que se dá essa interferência muitas vezes negativa da sua própria língua materna. A fronteira lingüística entre o português e o espanhol é muito tênue, sendo difícil um aprendiz de português falante de espanhol ou vice-versa distinguir claramente uma língua da outra sem excessiva interlíngua.

Ao falar de comunicação intercultural e cruzamento de culturas, pensa-se em Bennett (1998) e Wierzbicka (1991). Segundo aquele, comunicação intercultural, ou seja, aquela comunicação que ocorre entre pessoas de diferentes culturas, como estrangeiros, por exemplo, está baseada na diferença. A cultura de um determinado grupo se baseia em certo padrão de comportamento, valores e língua. Bennett (1998) diferencia cultura objetiva de cultura subjetiva. A primeira são manifestações artística, econômica, política e histórica. A segunda se refere a aspectos psicológicos que definem um grupo, ou seja, o seu comportamento, crenças e valores na interação cotidiana. A compreensão da cultura objetiva gera conhecimento, mas não necessariamente conduz a uma competência lingüística, ao contrário da cultura subjetiva.

No entanto, segundo Wierzbicka (1991), não se pode entender uma outra cultura sem antes entender a sua própria. É importante compreender que diferentes normas pragmáticas refletem diferentes hierarquias de valores que serão características de diferentes culturas. Pode-se dizer, então, que o português do Brasil é uma língua muito indiretiva, já que o brasileiro tem dificuldade de lidar com atos de fala despreferidos como uma despedida, por exemplo, tendo dificuldade de dizer que precisa ir embora ou que não pode mais continuar conversando. Os brasileiros evitam entrar em choque com seu interlocutor. Logo, pode-se considerar que o português falado no Brasil é uma língua de alto contexto (BENNETT, 1998, p.17), uma vez que a maior parte das informações não está no discurso explicitamente, mas nas próprias atitudes do interlocutor como na sua expressão facial, atitudes corporais, recursos prosódicos e indiretividade. Com isso, um estrangeiro aprendiz de português não entende muitas vezes uma simples despedida de um brasileiro como: *te ligo depois* ou *passa lá em casa*, tomando essas expressões literalmente, ao invés de inferi-las como uma maneira de se sair bem de uma conversação, protegendo a sua própria face e a de seu interlocutor. Com esse exemplo de indiretividade, o brasileiro consegue terminar uma conversação, dando a esperança de um possível contato futuro, sem se expor, mas acaba gerando mal-entendidos no interlocutor estrangeiro desinformado.

Para tanto, ensinar LE⁴ é ensinar, além da língua em si, toda uma cultura, juízos de valores, comportamentos e crenças, sendo uma ferramenta para a conscientização das diferenças culturais para que se proporcione um melhor entendimento entre os povos. Segundo Laraia (1986, p.75), o homem vê o mundo por meio da sua cultura e por essa razão tem a tendência de considerar o seu ponto de vista como o mais correto. A isso se chama **etnocentrismo**. Em casos extremos, essa tendência provoca conflitos sociais. Daí advém a reação ou estranheza em relação ao estrangeiro. Sendo assim, segundo Meyer (2006, p.115), é necessário fazer com que o aprendiz de PL2E desenvolva além de competência lingüística, competência pragmática, interacional e cultural, já que o aprendiz deve fazer uso do enunciado mais adequado ao contexto numa dada situação real de uso da língua alvo. Acrescenta-se a isso o fato de que o comportamento sócio-

⁴ LE – Língua estrangeira.

lingüístico do brasileiro não é tão óbvio para um estrangeiro por causa do uso de indiretivas.

Se temos de estar socialmente em português ou em outras línguas como LE ou L2, então carecemos de compreender e saber agir, por exemplo, quando cumprimentar beijando o rosto, quem tem a iniciativa, quantos beijos, onde é o beijo (no rosto mesmo ou no ar), se apenas dar a mão sem beijar ou se nem tanto. Se formos saudados numa despedida com um aparece lá em casa, precisamos saber a que isso monta – se é mesmo convite ou apenas um ritual fático para denotar prazer diante da expectativa de rever o interlocutor. (Almeida Filho, 2002, p.210)

A competência interacional, pragmática e cultural não está restrita à linguagem verbal, podendo ser realizada também por meio de linguagem não-verbal como gestos, ruídos específicos, aproximação física, entonação, uso do sorriso ou riso.

Portanto, os hispano-falantes aprendizes de português devem conscientizar-se de que existem diferenças entre os dois sistemas lingüísticos, LM e LE, apesar de se parecerem estruturalmente. Além disso, ao aprender um novo idioma, o estrangeiro deve ter em mente que existem diferenças culturais entre a sua sociedade materna e a estrangeira e que aprender esses aspectos culturais vai ser determinante para uma boa compreensão e interação interpessoal. Como afirma Revuz (1998, p.223) “o que se estilhaça ao contato com a língua estrangeira é a ilusão de que existe um ponto de vista único sobre as coisas, é a ilusão de uma possível tradução termo a termo, [...]” Para tanto, o estrangeiro deve conscientizar-se de que aprender qualquer língua é aprender a se comportar na língua alvo, tornando-se um membro daquela comunidade lingüística. Por isso, é importante um hispano-falante perceber que não pode traduzir expressões nem se comportar exatamente como esperado na sua língua materna no momento de cumprimentar, de se despedir ou de tentar manter uma interação dialogada na língua alvo, por exemplo, com risco de causar embaraços, falsas expectativas, ou até mesmo transmitir impolidez. No entanto, é papel do professor, através da experiência e respaldo teórico, saber conviver com a interlíngua do aluno e tentar ajudá-lo a superá-la, sem inibi-lo com correções exageradas, mas sem aceitar pacificamente todo tipo de interferência de uma interlíngua estacionária.

2.6. Formas de Tratamento

Quando se enuncia uma sentença, o enunciador deve fazer escolhas como **o que** e **como** enunciar. Sendo assim, conteúdo e forma são dois aspectos inseparáveis de um mesmo objeto, entrando em jogo a questão de **competência lingüística** e **competência comunicativa** (Hymes, 1967). A primeira é a habilidade de o falante produzir sentenças gramaticais. Já a segunda compreende a habilidade de o falante selecionar, de todas as formas oferecidas, formas lingüísticas apropriadas às normas sociais que regem o comportamento dos falantes em situações específicas. Com relação à escolha de pronomes e formas de tratamento, pode-se dizer que certas escolhas que o falante faz indicam a relação social que o enunciador percebe existir entre ele e o seu co-enunciador. Toda escolha possui uma carga semântica que pode oscilar entre a **familiaridade** e o **poder**, depende dos fatores sócio-culturais ou da atitude psicológica do enunciador com relação ao seu interlocutor (polidez positiva ou negativa). Para esclarecer a questão da **familiaridade**, segundo o Dicionário Aurélio Século XXI da Língua Portuguesa, este termo significa: “Ausência de cerimônia, de formalismo, porém sem grosseria”. Já **familiar** significa: “íntimo, cordial, afetuoso”.

Ao se falar de interação e discurso e formas de tratamento, cabe ressaltar que existem três pessoas do discurso que não equivalem necessariamente às pessoas gramaticais. Segundo Neves (2000, p.457), as pessoas do discurso são divididas em: **1ª pessoa do discurso** é a pessoa de quem parte o discurso, e que só aparece no enunciado quando o locutor faz referência a si mesmo (auto-referência); **2ª pessoa do discurso** é aquela a quem se dirige o discurso, e que só aparece no enunciado quando o locutor se dirige a ela; e **3ª pessoa do discurso** é aquela sobre a qual o discurso trata. Segundo Souza (1996), muitas línguas possuem uma distinção de tratamento T/V, onde T significa tratamento familiar e V, tratamento polido. De uma maneira geral, o uso não-recíproco dessas formas de tratamento indica uma diferença de “status” social reconhecida. Em sociedades onde se emprega o uso não-recíproco, um enunciador que possua um “status” hierarquicamente superior usará T para tratar seus inferiores, mas será tratado de V por eles. Os pronomes ou formas de tratamento que indicam familiaridade são

empregados em contextos informais, íntimos, familiares. Já os que indicam polidez são usados em situações de formalidade.

A língua, portanto, denota a interação social entre os enunciadores. Este relacionamento no ato de fala é caracterizado pelo posicionamento entre os interlocutores:

Cada ato comunicativo envolve no mínimo um transmissor e um receptor. Os atributos sociológicos mais importantes dos participantes são sexo, idade, profissão e posição social; estes determinam seus direitos, privilégios e obrigações. [...] traços sociais como familiaridade, respeito, aversão etc, que caracterizam o relacionamento entre os falantes, são fatores importantes na determinação do comportamento lingüístico (língua padrão vs. dialeto, formalismo, insultos, metáforas etc). Convém também notar a aproximação do comportamento verbal do falante ao parceiro... (Heye, 1988, p.9)

Em resumo, pode-se afirmar que a língua portuguesa varia no espaço, variação regional, varia de acordo com a classe social, variação social, e varia, em um mesmo indivíduo, de acordo com a situação em que este se encontra.

Segundo as gramáticas mais freqüentes (Bechara, 2001; Cunha, 2001; Kury, 1990; Câmara Jr. 2000) e trabalhos sobre o tema de pronomes e formas de tratamento (Souza, 1996; Santos, 2003), pode-se dizer que o sistema brasileiro de pronomes e formas de tratamento mais comuns, ou seja, da linguagem oral diária, em ordem de maior para menor formalidade são: **o senhor/ a senhora; você; e tu** com relação aos pronomes. Com relação às formas de tratamento, tem-se: **título + PrN⁵ e/ou SbN⁶; Seu + PrN e/ou SbN / Dona + PrN; e PrN ou SbN**. Além destas, existem as formas de tratamento por **Apelativo** ou por **Marca zero**. Estas formas podem ser mais ou menos informais, dependendo da expressão ou marcas utilizadas.

Segundo Meyer (2006, p.117), pode-se dizer que no português brasileiro, o pronome *você* possui um uso generalizado atualmente, não sendo mais necessário o uso de *senhor/senhora* na maioria das situações. No entanto, em contextos muito formais como em ambientes profissionais mais formais ou com pessoas bem mais velhas, *senhor/senhora* ainda são formas de uso obrigatórias. A forma de tratamento *tu* vem se expandindo pelo contexto lingüístico carioca, tornando-se uma forma muito utilizada em contextos informais e/ou jovens, ou seja, possui uma conotação específica ligada à classe social de menor instrução e/ou à faixa

⁵ PrN – Pré-nome.

⁶ SrN – Sobrenome.

etária jovem, ou ainda, pode ser usada como uma forma de aproximação, devido a uma relação afetiva entre os enunciadores. Nesse contexto de uso, é conjugado com o verbo em 3ª pessoa do singular.

Souza (1996) afirma que **o senhor/ a senhora** é um tratamento sempre formal; **Título + PrN e/ou SbN** é um tratamento variável entre o formal e o semiformal; **Seu + PrN e/ou SbN / Dona + PrN** é um tratamento semiformal; **você** e **PrN ou SbN** são um tratamento sempre informal; **apelativo** é um tratamento que oscila entre o pessoal formal (*Meu senhor*), o semiformal e o coloquial tenso ou semi-informal (*moço,...*), e o informal ou coloquial distenso (*amigo, cara, pode me informar...*), dependendo do contexto situacional; a **marca Ø** é uma marca de ausência de tratamento que pode variar entre o formal, o semiformal, o semi-informal e o informal, dependendo também do contexto situacional.

Ainda sobre a **marca Ø**, que pode ser **parcial** ou **absoluta**, pode-se dizer que ela é reveladora de uma insegurança do falante, pois o enunciador se abstém do uso de qualquer forma de tratamento, receando um AAF positiva do receptor, já que não se sabe ao certo de que forma deve-se dirigir ao seu interlocutor, muitas vezes por não conhecê-lo bem. Pode também revelar uma insegurança pelo fato de o falante não conhecer bem a norma daquela variante dialetal em uso. A **marca Ø parcial** aparece no enunciado com alguma forma de referencial ao receptor da mensagem como um possessivo ou um verbo em 3ª pessoa, porém, não depreendida ou não diferenciável pelo co-enunciador. Na **marca Ø absoluta** não se faz nenhuma referência à pessoa do discurso. Ainda segundo Souza (1996), a norma falada carioca possui a tendência a combinar o pronome de tratamento **você** com os pronomes complementos **te, contigo** o que demonstraria uma neutralização da desigualdade em favor a um tratamento familiar. Com relação a esse mesmo assunto Neves (2000, p.458) afirma que:

O emprego de **você** é muito mais difundido que o emprego de tu, para referência ao **interlocutor**. Além disso, ocorre frequentemente (embora mais especialmente na língua falada), que se usem formas de segunda pessoa em enunciados em que se emprega o tratamento **você**, de tal modo que se misturam formas de referência pessoal de **segunda** e de **terceira pessoa**.

O tratamento **senhor/senhora** é uma maneira respeitosa e cortês de se dirigir ao seu enunciador. É considerado um tratamento cerimonioso, entre interlocutores não-íntimos. Pode-se considerá-lo como um tratamento que impõe

certa distância na interação e deve ser utilizado em situações mais formais. Segundo Souza (1996), seu uso se deve à posição social e à idade do interlocutor.

A forma de tratamento **Título + PrN e/ou SbN** é usada como vocativo e vem acompanhada normalmente de **senhor/senhora** como sujeito e complemento e de **seu/sua** como possessivo. Segundo Souza (1996), no Rio de Janeiro há uma tendência à familiaridade e, muitas vezes, combina-se a forma **Título + PrN e/ou SbN + você**. Segundo o pesquisador, mesmo no tratamento com delegado, por exemplo, o enunciador, principalmente de meia-idade, usa *você* com **título** para reverter a ordem de poder social em favor do êxito da própria enunciação. Porém, não deixa de ser um AAF negativo à autoridade em questão. No Rio de Janeiro, ainda, **professor** e **doutor**, dependendo do grau de intimidade e familiaridade entre os interlocutores, podem combinar o tratamento informal **você**. O fator **idade do ouvinte**, quando bem superior a do emissor, independente da sua posição social, é determinante da forma de tratamento **senhor/senhora**. **Seu/Dona + PrN** é considerado um tratamento semiformal, pois ocorre em um registro mais “cuidadoso”, não sendo tão formal quanto o uso de outro tipo de **Título + PrN** ou **SbN**.

A forma de tratamento **PrN/SbN** é informal, já que demonstra certo grau de proximidade entre os enunciadores do discurso. O **apelativo** usa substantivos ou adjetivos substantivados como vocativo. A escolha do **apelativo** vai depender da relação social que os enunciadores têm entre si. Segundo Souza (1996), os **apelativos** podem ser: próprios das relações familiares (*mãe, filha* etc); marcadores de distância social (*meu senhor*); e incluídos na variável semiformal a informal (*moço*). No falar carioca o apelativo *cara* é muito usado, sobretudo pelo sexo masculino, demonstrando coleguismo e familiaridade.

Ainda quanto à variante carioca, os enunciadores utilizam o pronome de tratamento **tu** com verbo na 3ª pessoa do singular. Esse uso ocorre entre classe social menos favorecida e entre jovens. Nesse contexto denota familiaridade e intimidade, além de muita informalidade e coloquialismo.

Quanto ao uso dos pronomes e formas de tratamento em espanhol, pode-se dizer que, segundo Matte Bon (2006, p.243), para referir-se no singular ao destinatário da mensagem se usa: **tú** + 2ª pessoa do singular em relações menos formais ou mais familiares, íntimas; e **usted** + 3ª pessoa do singular, quando se trata de relações mais formais. Pode-se dizer que **usted** se usa em algumas

relações profissionais e, principalmente, ao se dirigir a pessoas desconhecidas ou mais velhas com as que não se mantêm relações familiares. Também se usa **usted** em situações hierarquizadas, ou seja, de poder.

Ainda segundo Matte Bon (2006, p.244), a escolha entre uma das duas formas de tratamento é altamente subjetiva e depende do círculo de relação de cada falante. Porém, podem-se generalizar algumas características, levando-se em consideração comportamentos mais freqüentes. Portanto, pode-se afirmar que **tú** se costuma usar entre colegas ou entre pessoas da mesma idade. Também é normal o seu uso na relação entre **professor-aluno** e, relativamente, freqüente nas relações **aluno-professor**, principalmente, universitários. É também comum o uso de **tú** para tratar pessoas que trabalham em estabelecimentos, como garçom de bar e restaurante, chofer de táxi etc, principalmente se são jovens.

Portanto, torna-se necessária a exposição para o aluno de PL2E, principalmente, os de origem hispânica, o uso dos pronomes e formas de tratamento em diferentes contextos, devido a sua importância na interação social como aspectos da cultura brasileira que podem criar constrangimentos entre brasileiros e hispano-falantes se usados de forma inadequada, além de **desvios** à norma. Segundo Dubois et alii (1996, p.179), **desvio** é todo ato de fala que surge como transgressor de uma regra de uso da língua comum a um conjunto de falantes (**norma**). Daí a necessidade de uma competência comunicativa cuja aquisição requer, além da competência lingüística geral, uma imersão lingüística nas várias situações de uso, para vivenciar-se o comportamento verbal das pessoas nas várias situações sociais, pois um falante nativo, nesse caso, um brasileiro, não identifica esse desvio como uma diferença nos padrões de comportamento cultural lingüístico, mas sim como falta de cortesia e impolidez.

Nessa fundamentação teórica se encontram os principais conceitos com os que se espera analisar as estruturas de cumprimentos, despedidas e manutenção de interação dialogada utilizadas por hispano-falantes aprendizes de PL2E com seus aspectos sócio-interacionais subjacentes.